

SEMANÁRIO

ECCLESIA

Nº 1525 | 22 de abril de 2016

25 de Abril
Religião
Liberdade
Pluralismo



04 - Editorial:

Paulo Rocha

06 - Foto da semana

07 - Citações

08 - Nacional

14 - Internacional

20 - Opinião:

D. José Cordeiro

22 - Semana de..

João Aguiar Campos

24 - Dossier

25 de Abril, hoje

26 - Entrevista

Alfredo Teixeira

52 - Multimédia

54 - Estante

56 - Concílio Vaticano II

58 - Agenda

60 - Por estes dias

62 - Programação Religiosa

63 - Minuto Positivo

64 - Liturgia

66 - DNPJ

68 - Jubileu da Misericórdia

70 - Fundação AIS

72 - LusoFonias

Foto da capa: fatima.pt

Foto da contracapa: Agência ECCLESIA

AGÊNCIA ECCLESIA

Diretor: Paulo Rocha | Chefe de Redação: Octávio Carmo

Redação: Henrique Matos, José Carlos Patrício, Lígia Silveira,

Luís Filipe Santos, Sónia Neves

Grafismo: Manuel Costa | Secretariado: Ana Gomes

Propriedade: Secretariado Nacional das Comunicações Sociais

Diretor: Cónego João Aguiar Campos

Pessoa Coletiva nº 500966575, NIB: 0018 0000 10124457001 82.

Redação e Administração: Quinta do Cabeço, Porta D

1885-076 MOSCAVIDE.

Tel.: 218855472; Fax: 218855473.

agencia@ecclesia.pt; www.agencia.ecclesia.pt;



Esperança e lágrimas em Lesbos

[\[ver+\]](#)



Açores esperam visita do Papa

[\[ver+\]](#)



25 de Abril: mudança religiosa e social

[\[ver+\]](#)

Opinião

D. José Cordeiro | João Aguiar Campos | Paulo Rocha | Manuel Barbosa | Paulo Aido | Tony Neves | Fernando Cassola Marques

Os papéis de abril



Paulo Rocha
Agência ECCLESIA

A maturidade da democracia corresponde com frequência ao crescimento das fragilidades do sistema de governação que melhores garantias oferece à igualdade e à justiça entre os povos. De facto, permanecem ao mesmo tempo na memória pessoal e coletiva vários casos de injustiça, de subjugação, de corrupção. O último, à escala global, chegou com a divulgação dos “papéis do Panamá” e, como este, muitos outros emergem no sistema político, económico, judicial, religioso, social...

Marcelo Rebelo de Sousa referiu-se ao caso “Panama Papers” como uma “fragilidade das democracias” e uma “má notícia para quem defende a liberdade”. Casualmente, a consideração do presidente da República Portuguesa, em 2016, surgiu no âmbito de uma visita ao Comando Conjunto para as Operações Militares do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, em Oeiras, o ambiente que esteve na origem de uma revolução, em 1974, que gerou a liberdade, hoje ameaçada por poderes indefinidos, sem referências temporais ou geográficas e, também por isso, impunes, desligados de todas as possibilidades de regulação, ‘offshores’.

Há 42 anos, murais, tarjas e bandeiras hasteavam a reivindicação por “paz, pão, habitação, saúde, educação”, que Sérgio Godinho imortalizou, e não calavam o “pecado organizado” de um tempo que gerou “povos destroçados”. Sentimentos e expressões que Sophia de Mello Breyner Andresen condensou na “Cantata da Paz”, sendo a voz dos muitos que com ela afirmavam, sem receio, “vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar”.

O teor destas mensagens é uma marca comum de todas as que se escreveram nos “papéis de abril”, tanto as que se veem hoje nas imagens que documentam anos de resistência, como nas manifestações pela conquista dos direitos individuais e sociais que se seguiram. Quatro décadas depois, esses “papéis” e as mensagens que provocaram a mobilização de um povo não podem cair na fragilidade, não se podem transformar em “má notícia” provocada por desvios que a liberdade pode gerar, nos diferentes setores da sociedade. Os “papeis do Panamá” ou de outro qualquer local ‘offshore’ não podem substituir os “papéis de abril”.

E esse tem de ser um compromisso de todos, cidadãos e instituições, sobretudo as que procuram garantir vida digna para todas as pessoas. Para a Igreja Católica, a frontalidade dessa atitude, de quem rejeita todas as formas de corrupção para garantir vida dignidade para todas as pessoas e o bem comum para as comunidades, é um programa para todos os dias, potenciado pelo exemplo de um Papa que cultivava a liberdade de todas as pessoas e defende os seus direitos. Neste caso, mais pelos gestos do que por mensagens em “papéis”. Estará nesta estratégia, nos gestos e não tanto nos decretos, o combate à fragilidade das democracias?



Fotografia: A. Alves da Costa - Manifestação contra a lei das ocupações, maio de 1975



foto da semana



**No Equador a esperança alimenta a busca por sobreviventes
do terremoto
mais grave das últimas décadas - Jose Jacome @ EPA**

citações



- “Chamar interrupção voluntária da gravidez ao aborto, morte digna à eutanásia, maternidade de substituição às barrigas de aluguer, direitos humanos a ações que desrespeitam a vida humana; e gênero ao que dantes era sexo feminino e sexo masculino (...) assim, branqueando a realidade, vamos aliviando as nossas consciências”, Raquel Abecasis, Rádio Renascença, 21.04.16

- “[Até 2020] não há cortes salariais, não há aumento de impostos diretos sobre os rendimentos do trabalho e das empresas, não há aumentos do IVA e não há cortes de pensões”, Mário Centeno, ministro das Finanças, 21.04.16

- “Vou lutar em todas as trincheiras contra este golpe. O que está em questão não é apenas o meu mandato mas a democracia, portanto a vida dos cidadãos comuns”, Dilma Rousseff, presidente do Brasil, UOL, 20.04.16

- “A tragédia da migração e deslocamento forçados afeta milhões de pessoas e é, fundamentalmente, uma crise da humanidade, clamando por uma resposta feita de solidariedade, compaixão, generosidade e um compromisso económico imediato e prático”, Declaração conjunta do Papa Francisco, do patriarca ecuménico Bartolomeu I e do arcebispo de Atenas, durante visita à Ilha de Lesbos, Rádio Vaticano, 15.04.16

Açores esperam visita do Papa



O presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, convidou o Papa a visitar o arquipélago em 2017, durante um encontro que decorreu na Praça de São Pedro, no final da audiência pública semanal. “Em representação da Região Autónoma do Açores e do povo açoriano tive a oportunidade de saudar sua

santidade o Papa e de, além de ter deixado um convite formal por escrito, o convidar também verbalmente para visitar as ilhas dos Açores”, referiu Vasco Cordeiro, em declarações divulgadas pela Presidência do Governo Regional e enviadas à Agência ECCLESIA, após o encontro no Vaticano.

O responsável político deu conta a Francisco de “quão importante” seria a sua visita para a “esmagadora maioria” do povo açoriano. Vasco Cordeiro assinalou ainda que este foi um momento “bastante marcante” do ponto de vista pessoal.

O presidente do Governo Regional dos Açores ofereceu ao Papa uma coroa do Espírito Santo, “um dos símbolos maiores da religiosidade do povo açoriano, um dos símbolos sob o qual se unem as nove ilhas, se une a diáspora”. Um gesto que quis deixar “bem presente” a proximidade do povo dos Açores ao Papa Francisco.

Vasco Cordeiro diz esperar “com muita esperança” que seja possível a concretização da visita do Papa em 2017. “Não tenho dúvidas que tal

seria motivo de grande satisfação, de grande alegria para o povo dos Açores”, concluiu.

A visita aos Açores aconteceria aquando da deslocação do Papa argentino a Portugal, para as celebrações do centenário das aparições de Fátima, em maio de 2017.

O portal da Diocese de Angra, 'Igreja Açores', recorda que o convite do presidente do Governo Regional dos Açores se junta ao que foi feito há um ano pelo então bispo de Angra, D. António de Sousa Braga, que apresentou ao Papa as ilhas açorianas como “a ultraperiferia da Europa”.

O único Papa a visitar os Açores até hoje foi São João Paulo II, em maio de 1991, com passagens pelas ilhas da Terceira e de São Miguel.

O bispo de Angra, nos Açores, diz que será “uma grande honra” receber o Papa no arquipélago. Em declarações ao portal informativo “Igreja Açores”, D. João Lavrador realça que, a concretizar-se, a vinda do Papa argentino será uma ocasião de festa para todos os portugueses, em particular para as comunidades açorianas, e uma ocasião para construir “uma nova esperança”.

O prelado destaca o “carisma de Francisco, que gera carinho em todas as pessoas”, crentes ou não crentes, e o seu empenho pelo bem-comum, sobretudo pelas pessoas mais carenciadas, pelas “periferias”.

Fim do Sínodo em Portalegre-Castelo Branco

O bispo de Portalegre-Castelo Branco faz um balanço positivo do Sínodo que decorreu na diocese nos últimos sete anos, pela forma como envolveu as comunidades e mostrou uma Igreja Católica empenhada nos seus problemas. Em entrevista à Agência ECCLESIA, D. Antonino Dias disse que “a riqueza do Sínodo” consistiu sobretudo na oportunidade das pessoas “sentirem-se pedras vivas na construção da Igreja diocesana” e vai permitir “ousar uma pastoral mais persistente e com mais qualidade”.

“Há que mudar algumas estruturas e mudar aquilo que custa mais a mudar, que é a mentalidade, aquilo que é tradicional, que sempre se fez”, apontou o prelado, destacando “o papel” que os leigos já assumem hoje na diocese e que é preciso “reforçar”.

Atualmente, em várias paróquias, devido à escassez de sacerdotes, não há missa ao domingo mas sim “celebração da palavra presidida por leigos”. Na diocese existem também “leigos mandatados para orientar funerais” e mesmo “a administração das paróquias está toda entregue a leigos, embora em comunhão com os párocos”.



“Insistimos para que isso aconteça cada vez mais, de uma forma mais responsável. Os leigos não podem ser só destinatários da evangelização (...) é importante que descubram cada vez mais a sua vocação ao apostolado, a sua missão como batizados, como membros da Igreja”, frisou D. Antonino Dias.

A juventude também é uma preocupação para a Igreja Católica local, uma vez que, de acordo com o bispo, “uma parte” dos jovens “fazem o crisma e abandonam um bocadinho” a prática cristã. O espaço entre o crisma e a preparação do matrimónio, por exemplo, tem sido um espaço difícil de preencher e “será uma aposta com certeza”, no futuro.

CNJP condena imoral fuga aos impostos

A Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), organismo de leigos da Igreja Católica em Portugal, manifestou a sua “estupefação” perante o teor das notícias sobre os chamados ‘Panama Papers’, que revelam uma “imoral” fuga aos impostos. “Sabíamos que as offshores iam fazendo o seu trabalho de ajuda ao crescimento das grandes fortunas graças a uma imoral fuga aos impostos internacionalmente legalizada. A investigação jornalística dos Panama Papers fez emergir a verdadeira dimensão daquilo que já conhecíamos”, refere uma nota da CNJP, enviada à Agência ECCLESIA.

Em causa está a investigação realizada por uma centena de jornais em todo o mundo sobre 11,5 milhões de documentos, a qual revelou bens em paraísos fiscais de responsáveis políticos ou personalidades públicas.

A CNJP alerta para a possibilidade de branquear negócios ilícitos, com “pequenos e grandes desvios de fundos e fuga aos impostos”. Segundo os membros do organismo laical ligado à Conferência Episcopal Portuguesa, a corrupção atinge diferentes instituições, inclusive as que têm por missão o controlo da legalidade.

“Não queremos, porém, deixar



de acreditar na Justiça. Fazemos, por isso, um apelo veemente aos cristãos, mas também à sociedade civil, aos governos nacionais e aos organismos internacionais, para que se eliminem estas e outras injustiças”, pode ler-se.

A CNJP sustenta que este conjunto de “esquemas” permite que “uns poucos enriqueçam mais”, enquanto outros não têm o “mínimo necessário” para viver com dignidade.

“Até onde deixamos ir este escândalo? Não teremos que exigir que os governos e as instituições que nos servem tomem medidas mais eficazes e menos contemporizadoras?”, questiona a CNJP.

O documento recorda que as comissões Justiça e Paz europeias escolheram o tema da “desigualdade crescente e a tributação justa” como objeto da sua ação concertada deste ano.

A Agência ECCLESIA escolhe sete acontecimentos que marcaram a atualidade eclesial portuguesa nos últimos dias, sempre atualizados em www.agencia.ecclesia.pt



[Apresentação pública do projeto de reabilitação e instalação do tesouro da Catedral de Portalegre](#)

Meeting Lisboa 2016



Francisco em Lesbos entre lágrimas e esperança

O Papa confessou que sentiu “vontade de chorar” durante a sua visita ao campo de refugiados na ilha grega de Lesbos e explicou a decisão de convidar três famílias sírias para regressarem com ele ao Vaticano. “Depois daquilo que vi, daquilo que vistes, naquele campo de refugiados, dava vontade de chorar”, disse aos jornalistas, em conferência de imprensa durante o voo de regresso a Roma. Francisco mostrou três desenhos

que crianças refugiadas lhe tinham oferecido, explicando que os meninos e meninas apenas querem “paz”. O Papa visitou este sábado a ilha de Lesbos, tendo conversado em privado com o primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, antes de visitar um campo de refugiados e homenagear os migrantes que morreram no mar, acompanhado pelo patriarca ortodoxo de Constantinopla, Bartolomeu, e pelo arcebispo ortodoxo de Atenas, Jerónimo II, com quem assinou

uma declaração conjunta. Simbolicamente, Francisco decidiu levar para o Vaticano um grupo de 12 refugiados, incluindo seis menores, que estavam na ilha. “O Papa quis dar um sinal de acolhimento aos refugiados, levando a Roma no seu próprio avião três famílias de refugiados sírios, 12 pessoas, das quais seis menores”, revelou o porta-voz do Vaticano, padre Federico Lombardi, em comunicado. A nota oficial precisa que se trata de pessoas que estavam no centro de acolhimento de Lesbos antes do acordo entre a União Europeia e a Turquia. O acordo que entrou em

vigor a 4 de abril prevê que todos os migrantes irregulares oriundos a Turquia e que entrem nas ilhas gregas sejam devolvidos a território turco.

As três famílias que partiram com o Papa são compostas por muçulmanos: duas são de Damasco e a outra de Deir Azzor, zona ocupado pelo autoproclamado ‘Estado Islâmico’. Segundo o Vaticano, as suas casas “foram bombardeadas” durante o conflito na Síria.

Francisco disse depois no Vaticano que viu “muita dor” na sua visita à ilha grega de Lesbos e recordou em especial a história de martírio de uma jovem morta por terroristas, porque “não quis negar Cristo”.



“Reunimo-nos na ilha grega de Lesbos para manifestar a nossa profunda preocupação pela situação trágica de numerosos refugiados, migrantes e requerentes asilo que têm chegado à Europa fugindo de situações de conflito e, em muitos casos, ameaças diárias à sua sobrevivência”
Declaração conjunta do Papa Francisco, do patriarca Bartolomeu de Constantinopla e do arcebispo Jerónimo II, de Atenas



Solidariedade para a Ucrânia

O Papa renovou hoje no Vaticano no seu apelo à generosidade dos católicos na coleta especial em favor da população da Ucrânia que decidiu promover a 24 de abril, em todas as igrejas católicas da Europa. “A população da Ucrânia sofre há muito tempo com as consequências de um conflito armado, esquecido por muitos”, alertou, durante a audiência pública semanal que decorreu na Praça de São Pedro.

Francisco tinha anunciado no último dia 3 a sua intenção de promover uma recolha de fundos para as vítimas do conflito que se arrasta desde novembro de 2014, em particular no leste da Ucrânia, colocando em confronto grupos separatistas pró-russos e as forças de Kiev pelo controlo de território. “Como sabeis, convidei a Igreja na Europa a apoiar a iniciativa que lancei para ir ao encontro desta tragédia humana. Agradeço desde já aos que vão contribuir generosamente nesta iniciativa, que vai ter lugar no próximo domingo, 24 de abril”, disse o Papa. Francisco saudou ainda um grupo de sobreviventes da catástrofe da Central nuclear de Chernobil, vindos da



Ucrânia e da Bielorrússia, os dois países mais atingidos pela tragédia de 26 de abril de 1986. Em entrevista à Agência ECCLESIA, o coordenador da Capelania Nacional dos Imigrantes Ucranianos de Rito Bizantino destaca um gesto que mostra que os católicos portugueses e a Igreja em geral “não esquecem os seus irmãos”. “O apoio material faz muita falta, mas tenho a certeza que este gesto fará também com que o povo ucraniano não se sinta só no meio desta guerra, e saiba que na Europa ainda existem pessoas, cristãos verdadeiros, que não estão fechados ao sofrimento e às necessidades dos outros”, realça o padre Ivan Hudz.

Papa pede perdão pela indiferença face aos refugiados

O Papa Francisco pediu perdão aos refugiados pela indiferença e falta de acolhimento que encontram depois de atravessarem o mar para chegar à Europa. “Perdoai a reclusão e a indiferença das nossas sociedades que temem a mudança de vida e de mentalidade que a vossa presença pede”, declarou, numa videomensagem pelos 35 anos de fundação do Centro Astalli, a sede italiana do Serviço dos Jesuítas aos Refugiados (JRS). A intervenção foi divulgada em Roma, durante a apresentação do Relatório Anual da instituição. Segundo o Papa, é preciso ver como “irmão” quem tem de fugir da sua terra “por causa da opressão, da guerra, de uma natureza desfigurada pela poluição e pela desertificação, ou da injusta distribuição dos recursos do planeta”.

“Cada um de vós, refugiados que bateis à nossa porta, tem o rosto de Deus, é a carne de Cristo. A vossa experiência de dor e de esperança recorda-nos que somos todos estrangeiros e peregrinos”, assinalou.

Francisco contestou a visão dos migrantes e refugiados como “um peso”, pedindo antes que sejam entendidos como um “dom” e como



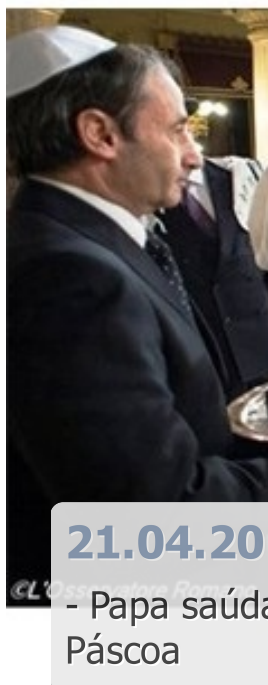
uma “ponte que une povos distantes”, promovendo o encontro entre culturas e religiões.

A intervenção deixou uma palavra de estímulo a todos os que trabalham no Centro Astalli, “exemplo concreto e diário de acolhimento”. “Continuem a caminhar com coragem ao lado dos migrantes: eles conhecem os caminhos que levam à paz porque conhecem o odor acre da guerra”, concluiu o Papa.

A agência de refugiados das Nações Unidas confirmou esta quarta-feira que pelo menos 500 migrantes foram dados como “presumivelmente mortos” no mar Mediterrâneo este sábado, na sequência do naufrágio de um barco que havia partido da Líbia para tentar chegar a Itália. O número de mortos em 2016 sobe assim para os 1561.

internacional

A Agência ECCLESIA escolhe sete acontecimentos que marcaram a atualidade eclesial internacional nos últimos dias, sempre atualizados em www.agencia.ecclesia.pt



[Responsável do Vaticano alerta para «martírio» do Mediterrâneo](#)

Visita do Papa a Lesbos



A Liturgia é mistagogia



D. José Cordeiro
Bispo de Bragança
Miranda

A Liturgia é a grande porta para o Mistério. A pastoral mistagógica dos sacramentos, na qual gravita a Liturgia, é hoje nitidamente uma pastoral missionária. A Igreja 'em saída', como nos interpela o Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*, quer dizer que não podemos estar à espera, mas tomar a iniciativa (primeirar), envolver-se e acompanhar a humanidade e dar frutos abundantes de misericórdia.

A arte mistagógica é um desafiante caminho: «A atenção mistagógica poderia revitalizar a Liturgia, para se abrir à graça e à verdadeira experiência de Deus. Para tal, é necessário "transformar em vida os gestos da Liturgia", para que não exista separação entre Liturgia, Caridade e Profecia. O essencial da Liturgia cristã está fora da Liturgia» (Boselli). Ver uma coisa e acreditar noutra é a dinâmica sacramental da fé da Igreja.

Com alegre e gratíssima surpresa recebemos e lemos a terceira carta que a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica preparou no contexto do Ano da Vida Consagrada, sob o título: *Contemplai. «Para ti, que o meu coração ama»* (Ct 1,7). Aos consagrados e às consagradas sobre os sinais da Beleza. Este belo documento, sob o fio condutor do livro do Cântico dos Cânticos, convida-nos a uma maior abertura sobre o mistério de Deus, fundamento de toda a nossa vida, fala-se claramente da pedagogia mistagógica e afirma: «a própria liturgia é mistagogia – enquanto comunicação através de palavras, ações, sinais, símbolos de matriz

bíblica – que introduz na fruição vital do *mysterium*» (n. 47). E ainda acerca da comunicação mistagógica como ação eminentemente cristológica, sublinha: «*não há liturgia cristã autêntica sem mistagogia*» (n. 48).

A família é o primeiro lugar onde aprendemos a liturgia, isto é, a família é o lugar onde fazemos a experiência dos valores humanos que estão presentes nos sinais e nas ações litúrgicas, como por exemplo: a escuta, o silêncio, a partilha, o perdão, o agradecimento. No encontro com os seus Párocos da Diocese de Roma em 2015, o Papa Francisco advertiu: «*Celebrar é entrar e fazer entrar no mistério, é simples*

mas é assim, se eu for excessivamente rígido, não faço entrar no mistério... e se for um 'showman', o protagonista da celebração, não faço entrar no mistério, temos assim os dois extremos». Um Rabino do séc. IV rezava: «*Nós Te damos graças por sermos capazes de Te dar graças*». Por isso mesmo a oração, a catequese, a caridade, são os lugares da alegria do encontro com Jesus Cristo. A liturgia «é a catequese universal do Povo de Deus. (...), toda a liturgia é, em certo sentido, catequese» (Conferência Episcopal Portuguesa, *Carta pastoral* 1984). O dinamismo divino-humano caracteriza a Liturgia, festejando a vida quotidiana.





João Aguiar Campos
Secretariado
Nacional das
Comunicações Sociais

A pensar na Primavera e nos cuidados que este mundo nos merece. A pensar no sonho de Deus a passear, no paraíso...

Canção da terra

Oigo passos de Deus neste jardim
e pedaços de conversas nas sombras.
As aves cantam salmos de luz,
as raízes exploram lugares profundos
e o homem olha em círculo
como criança num parque.

«Dominai a terra» -- assim reza o decreto
que o nomeia feitor.
(Se sonhar ser dono,
murcharão de sede os rios,
fechará os olhos o sol
e, nos jardins, calar-se-á
o suave vagido dos botões a abrir...)

Apetece-me passear olhos descalços
por montes e vales
e sentar sonhos num ramo dançante.
Apetece-me falar com elefantes e formigas,
rir-me dos uivos vadios
escondidos na noite
e dançar com as borboletas
por entre as searas...

E também ser rio
ou cântaro de algodão cinzento e negro
a atravessar o céu nas mãos do vento...
Depois, ali em cima, num recanto,
tecer um fio de água e estendê-lo,
atando a outra ponta no mar!...



Abril em mudança

O 25 de Abril também muda. 42 anos depois da revolução, o teólogo e antropólogo Alfredo Teixeira ajuda a entender o atual contexto de mudança religiosa, destraditionalização e individualização, com os seus impactos na Igreja e na sociedade.

O Semanário ECCLESIA traz-lhe ainda o testemunho e reflexão do jornalista católico Jorge Wemans, que esteve preso durante a ditadura, e de Manuel Braga da Cruz, investigador e antigo reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP). O dossier evoca ainda outros pensamentos e tomadas de posição que ajudam a compreender o posicionamento dos católicos portugueses face ao que aconteceu em 1974.



Abril e a experiência religiosa

A experiência religiosa é um fator central em todo o processo de abril de 1974 e o teólogo e antropólogo Alfredo Teixeira ajuda a avaliar o impacto e as consequências que a conquista da liberdade teve para a experiência crente em Portugal, na sociedade e na própria Igreja. Transformações que ainda estão a decorrer em pleno século XXI e que o coordenador-executivo do Centro de Estudos de Religiões e Culturas, da Universidade Católica Portuguesa, ajuda a compreender.

Entrevista realizada pelo jornalista Paulo Rocha

Agência Ecclesia (AE) – É possível falar em transformação imediata na experiência religiosa em Portugal após a revolução de Abril?

Alfredo Teixeira (AT) – Penso que devíamos falar de uma transformação que se situa num arco histórico um pouco mais amplo. De facto, uma experiência como a revolução de Abril, com as consequências que teve quanto à liberdade política, quanto às liberdades individuais, não podia deixar de ter influência no campo religioso. E aí, penso que devemos diferenciar dois universos de impacto.

Um impacto diz respeito à identidade católica, na sociedade portuguesa: nós sabemos que uma parte do discurso do Estado Novo passou

por essa identificação - português logo católico. Isso quer dizer que, de alguma maneira, essa identidade foi um substrato fundamental para a construção de uma certa ideia de nação construída no Estado Novo. De alguma forma, sob o ponto de vista simbólico, o Portugal-catolicismo não podia deixar de ser afetado, mas diria que isso passa muito mais pela vida das pessoas, pelo seu quotidiano, do que propriamente por problemas institucionais.

De uma forma geral, a Igreja Católica teve durante o período da revolução um lugar que não foi o de hostilizar as transformações, mas de alguma forma de se ressituar no quadro dessas transformações.



AE – Mais do que hostilizar, até participou em muitas transformações...

AT – Exatamente, temos de pensar que mesmo antes da revolução também havia um espaço de resistência católica. Sob esse ponto de vista, temos de olhar para esse mundo de uma maneira diferenciada mas, em todo o caso, há uma relação com o quotidiano das pessoas que passa sobretudo com o seu acesso a determinadas liberdades.

Recordo que os católicos estavam proibidos de aceder à faculdade civil do divórcio, no caso de quem era casado segundo os ritos católicos. A abolição dessa disposição na Concordata foi uma das primeiras medidas da revolução e diria que ela é simbolicamente, talvez, um dos emblemas mais importantes desta transformação. Diz respeito, no fundo, à afirmação clara de uma prioridade de liberdade individual face a uma qualquer tutela moral do espaço público por parte da Igreja ou das Igrejas.

Sob esse ponto de vista, essa questão, como alias um estudo feito não muito antes da revolução, em 1973, pelo dominicano Luís de França, mostra

claramente a grande aspiração das pessoas, católicos ou não católicos, é o da universalização desse direito, dessa disposição legal.

AE – Faltou uma afirmação progressiva da autonomia secular?

AT – Mais do que autonomia secular, falaria de uma autonomia do próprio indivíduo em relação às instituições. Ou seja, estas duas dimensões não se podem separar na minha opinião. Por um lado, essa autonomia da esfera do religioso e da esfera do secular que vai permitir aos indivíduos, independentemente da sua condição religiosa, aceder aquilo que a sociedade lhe garante, aquilo que o próprio Estado lhe garante. Mas também a própria afirmação da liberdade individual em relação às instituições.

Nós sabemos agora, sobretudo depois do que foi a transformação nas últimas décadas do século XX, que esse é o sentido de maior mudança na recomposição do religioso nas nossas sociedades. Diríamos que a grande linha de transformação que podemos observar nas sociedades europeias mas também portuguesa, com cronologias diferentes, passou

por esta crescente afirmação do indivíduo face às instituições. Há outra zona de impacto muito importante que é a da afirmação do pluralismo religioso. Se há um impacto assinalável na sociedade portuguesa do 25 de Abril ele passa essencialmente por aí. No modelo político anterior, mesmo sendo um modelo de laicidade, em que o Estado não era confessional, por razões estratégicas - na construção de uma certa identidade, de uma certa unicidade na sociedade portuguesa -, as minorias religiosas tiveram muita dificuldade em afirmar-se. Nalguns casos, sofreram até, como o caso das Testemunhas de Jeová por causa da sua recusa relativa ao Serviço Militar e participação na guerra colonial, foram mesmo perseguidas e houve estratégias de dissimulação na população portuguesa para evitarem essa perseguição.

Não podemos dizer que o 25 de Abril tenha causado um sobressalto religioso na sociedade portuguesa, antes de mais porque estamos num quadro de transformações que vêm de trás, mas a afirmação do pluralismo religioso a história da sociedade portuguesa sofreu uma aceleração notável.



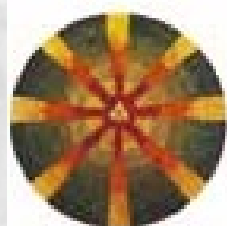
AE – Um artigo seu publicado na última edição da Revista Communio refere-se à mudança religiosa, recordando um estudo de 1973 onde a representatividade, nomeadamente protestante, é baixa. No entanto, existe a percentagem de 8,9 por cento de indiferentes. A que corresponde este indicador na década de 70?

AT – Isso quer dizer, claramente, que já estávamos numa sociedade que tinha conhecido trajetórias de secularização, de pluralização dos modos de identificação religiosa mesmo no quadro de uma maioria hegemónica e culturalmente relevante, obviamente, marcada pela identidade católica. Nesse sentido, seria de todo um erro de observação pensar que quando chegamos à revolução de Abril temos ainda uma sociedade portuguesa compactamente católica.

AE – O Portugal católico foi-se fragilizando?

AT – A chamada crise religiosa dos anos 60, que acontece em diversos países, não se deixou de efetivar em Portugal, em diversos indicadores de mudança que chamaria de progressiva destradicionalização da religião.

Quando contactamos com uma obra muito marcante, publicada nos anos 80, pelo antropólogo francês Pierre Chassix, que fez um grande retrato da religião em Portugal, em particular, nos anos 60 e 70, observamos que encontramos ainda o rasto de uma forte presença de uma religiosidade tradicional, a qual vê resumida na experiência da romaria. A romaria é para ele lugar simbólico fundamental de produção do religioso em termos sociais na sociedade portuguesa, mas isso que ele observa como ainda muito pertinente durante a primeira metade



COMMUNIO
Revista Internacional Católica



do século 20 está em erosão.

Um pouco mais tarde, o professor José da Silva Lima faz um estudo sobre o Alto Minho, um dos territórios onde se vivia um catolicismo mais tradicional, ainda hoje uma das regiões do país onde o catolicismo tem uma maior expressão social, e observa como a partir dos anos 60, por via quer dos circuitos migratórios, quer pela modificação do tecido social pela industrialização, a urbanização, o modelo de civilização paroquial, em que a aldeia e a Igreja são a mesma coisa, estava claramente já em transformação.

AE – Fátima teve um papel fundamental nessa transformação?

AT – Fátima é um fator decisivo. Ao contrário do que um olhar superficial diria, Fátima não está do lado dessa tradicionalidade religiosa - mesmo se o fenómeno está ancorado numa experiência fundamental no mundo religioso, que é a experiência da peregrinação. Fátima desvincula-se, desde cedo, das práticas tradicionais de peregrinação que se consubstanciavam na romaria. A romaria era uma forma de peregrinação muito ligada às formas de vida tradicional em Portugal, sobretudo as formas camponesas de vida social.



AE – Fátima afirma que romaria e peregrinação são claramente distintas?

AT – Diria que é a possibilidade daquilo que se fazia na romaria subsistir agora num mundo novo, num mundo diferente. O facto de Fátima se demarcar e construir numa certa oposição a essas práticas, é também a possibilidade de se afirmar num mundo novo. O mundo das romarias estava de

facto em erosão e, nesse sentido, Fátima não se centra tanto, na memória de um milagre fundador como acontece nos santuários tradicionais - por exemplo o Santuário de Nossa Senhora da Nazaré. No caso de Fátima, vamos encontrar a centralidade de uma mensagem. Isso é, claramente, um vetor de modernização do discurso religioso, centrar a experiência religiosa numa mensagem de conversão que se vai

recompondo no quadro social e até geopolítico do mundo. Vemos como foi adquirindo tonalidades e matizes diferentes no quadro que foi a evolução das ideologias, dos conflitos, ao longo do século XX. Fátima aparece num lugar muito especial que é, no fundo, fazer o transporte daquilo que eram as vivências religiosas tradicionais no mundo português para aquilo que são as trajetórias de modernização da sociedade portuguesa e está, claramente, no centro desse transporte.

AE – Fátima está na conquista da liberdade da experiência religiosa em Portugal, ajuda a essa conquista?

AT – Fátima tem o sucesso que conhecemos, ou seja, afirmou-se com uma centralidade no país que nenhuma outra referência tem. Essencialmente tornou-se, diria, um laboratório das recomposições do religioso na sociedade.

AE – Qual a importância que de alguma forma de algum poder regulador que Fátima tem?

AT – Fátima tem algum poder

regulador, mas não sei se é essa característica que lhe deu a capacidade de penetração na sociedade portuguesa que ela teve. Eu acho que a característica fundamental é de Fátima estar disponível para múltiplas apropriações por parte dos crentes. E, temos um universo de relação com Fátima que passa muito pelos dispositivos paroquiais, pelos movimentos, todas as grandes estruturas que organizam a vida católica normalmente têm alguma relação com Fátima. Depois temos uma diversidade enorme de relações construídas desde o tradicional pagador de promessas ao movimento recente de grupos que fazem a peregrinação a pé no quadro de uma experiência espiritual, individual e grupal ao mesmo tempo. São fenómenos novos que dão conta de uma plasticidade que se adapta bastante aquilo que são os ritmos de identificação religiosa hoje.

AE – A revolução de Abril foi importante para a afirmação de Fátima? Até 25 de abril de 1974 Fátima estava menos evidente na experiência religiosa em Portugal?

AT – Quando lemos os críticos da centralidade de Fátima - no tal discurso do Estado Novo -, esperaríamos que depois de Abril o fenómeno de Fátima sofresse uma erosão considerável. Ou seja, se de facto fosse um produto de uma construção política que favoreceu a centralidade da identidade católica na construção da identidade dos portugueses, a passagem para um quadro de pluralismo e mais vincado da separação entre a esfera religiosa e a esfera secular deveria ter conduzido a uma certa erosão do fenómeno de Fátima. O que observamos foi o contrário, foi uma certa expansão de uma afirmação no país e na cena internacional, muito vincado pela relação que obviamente João Paulo II e o seu pontificado estabeleceram com Fátima. Isso quer dizer, na minha opinião, que enquanto lugar de experiência espiritual, de referência para longo curso da vida das pessoas, o fenómeno de Fátima acabou

por encontrar, numa situação de liberdade, sobretudo das liberdades individuais, um terreno de afirmação.

AE – Mais do que a peregrinação a Fátima e a experiência crente que se lá vive, a romaria possibilitava essa aproximação entre poderes, entre o Estado e a religião nas diferentes instancias da administração pública?

AT – Sim, porque a romaria enquanto modelo de peregrinação essencialmente comunitária, evocando uma figura tutelar, um santo ou evocação mariana tutelar de uma população, no fundo dava conta de um Portugal bastante local e regional. E, nesse sentido, a comunidade local e regional atuava na romaria com toda a sua estrutura, incluindo obviamente vários poderes.

AE – Ainda subsiste essa marca, em muitas expressões, em muitas procissões essencialmente?

AT – Sim, essa marca subsiste mas muito transformada, sobretudo, por lógicas que são muito importantes e que se misturaram um pouco com lógicas de peregrinação - que são lógicas turísticas, de desenvolvimento regional, um fenómeno aliás global. Hoje muitas das deslocções das pessoas são multifuncionais.

As pessoas deslocam-se com diferentes objetivos que se acumulam, não se anulam. Em grande medida,

encontramos a seguir ao 25 de abril, até no quadro de uma certa receção do Concílio Vaticano II em Portugal, algumas estratégias pastorais que foram de desvalorização dessas práticas tradicionais. É curioso que, a dado momento, nalguns locais observamos a sua remodelação, recomposição e em muitos casos de novo com a cooperação das autoridades locais. O que se explica agora por outra lógica que é de desenvolvimento local e regional que vê no património religioso um potencial por vezes económico.



AE – Qual foi a importância dos dinamismo do Concílio Vaticano II, nomeadamente a sua receção?

AT – É preciso recordar que o termo “autonomia” é ele próprio uma categoria importante na reflexão do Concílio Vaticano II, em particular o documento ‘Gadium et Spes’. Um documento onde a Igreja pensa de uma forma muito penetrante e abrangente a sua relação com o mundo. O termo, a palavra “autonomia” é uma palavra-chave. Portanto, podemos dizer que usando categorias sociológicas, havia uma trajetória de secularização que era

interior ao próprio espaço católico, neste sentido de afirmação da secularidade como um valor próprio dentro do catolicismo.

AE – Podemos encontrar espaço para a afirmação que a conquista da liberdade na Igreja Católica aconteceu no Concílio Vaticano II?

AT – Sim, antes de mais pela reflexão sobre a experiência histórica. Por exemplo, nos textos deste concílio encontramos muitas vezes o termo “história”, algo que é inédito nos documentos conciliares.



AE – Falava-se em tradição e não em história...

AT – Exatamente, a história apela a uma nova consciência do lugar da Igreja como inserida também nas próprias dinâmicas de transformação. Há uma consciência nova do lugar da Igreja e isso implica uma valorização positiva das dimensões de laicidade ou de secularidade do mundo. A própria valorização do laicado na Igreja Católica passa por esta evidência. Nesse sentido, quando falo de uma destradicionalização do religioso em Portugal, como fenómeno social mais amplo, podemos dizer que, no campo das instituições católicas, naquilo que é o tecido institucional católico, paróquias e outros dinamismo eclesiais, podemos dizer que essa destradicionalização se concretiza sobretudo num processo de receção do Concílio Vaticano II.

AE – A destradicionalização corresponde à individualização da experiência crente?

AT – São duas trajetórias contíguas. Ou seja, a destradicionalização passa por uma certa fragilização das dimensões comunitárias, sociais, do religioso. Isso dá lugar não necessariamente

a um desaparecimento da religião nas sociedades mas a novas formas do religioso. Novas formas de expressão do religioso que passam, agora, por trajetórias de individualização que não impossibilitam a vivência comunitária do religioso mas que, de alguma forma, a reconfiguram. Estamos a ter, no fundo, comunidades de indivíduos, comunidades que são de encontro de trajetórias crentes. As novas comunidades precisam de ser agora comunidade que acolhem trajetórias de indivíduos crentes, cada um deles com a sua história crente. A centralidade do crente enquanto indivíduo passa a ter, neste quadro social, um lugar muito diferente. Por exemplo, quando observamos hoje uma paróquia e a comparamos com aquilo que era uma paróquia nos anos 50 ou 60, a quantidade de coisas que aí acontecem, de ofertas, dinamismos de identificação, de experiência espiritual diferenciados, só se justifica porque a paróquia se vê agora na necessidade de oferecer coisas diferentes a pessoas diferentes. Os próprios dinamismos comunitários agora integram essa cultura da individualização.



AE – Que papel de moderação foi exercício da Igreja Católica institucionalmente ou por algum dos seus atores principais na transição democrática?

AT – De uma maneira geral, os historiadores reconhecem que a Igreja Católica acabou por ter um papel muito importante na estabilização deste período revolucionário. Faço uma observação macroscópica dessa transformação porque sabemos que pontualmente houve problemas, houve conflitos. Em traços gerais podemos dizer que o facto da hierarquia católica não ter tomado um partido e se ter preocupado

sobretudo com afirmar agora o que é a identidade própria da Igreja Católica, num quadro social novo, onde quer continuar a ter voz, e o caso da (Radio) Renascença parece emblemático. O que se passou aí foi o reivindicar e querer fazer subsistir a possibilidade de se fazer ouvir, num quadro completamente novo, em que a voz da Igreja Católica não é a única no espaço público, mas uma entre outras. Para ser uma entre outras, ela tem o direito a ter os seus meios próprios e, portanto, de alguma maneira esse episódio, esse momento histórico, acaba por simbolicamente representar aquilo que é o novo lugar que

a própria Igreja Católica persegue nesse momento.

Tendo em conta a importância que as instituições católicas tinham na sociedade portuguesa; tendo em conta a importância cultural que as representações católicas, os valores tinham na sociedade portuguesa; tendo em conta mesmo que, em todo o caso, a Igreja Católica era a instituição na sociedade com maior capacidade agregadora, o facto de ter percebido que a sociedade estava no quadro de uma transformação necessária e ter dado prioridade sobretudo à procura do seu espaço no novo quadro social, penso que acabou por ser fator decisivo para a nossa história contemporânea.

AE – Progressivamente novo após a revolução de Abril e a conquista da liberdade foi a descentralização da referência única que estaria na Igreja e depois passa a estar mais disseminada. A Igreja Católica deixa de ter a tutela moral na sociedade portuguesa?

AT – Isso acontece essencialmente, de facto, pela afirmação mais vinculada dessa autonomia da esfera secular e da esfera religiosa mas também, obviamente, pela afirmação mais claro do pluralismo religioso. É claro que a sociedade portuguesa não apresenta, mesmo ainda hoje, já em pleno

século XXI, indicadores de pluralismo religioso comparáveis a outros países. Antes de mais, porque outros países europeus fizeram há mais tempo essa experiência de pluralização da própria identidade cristã, a partir da Reforma - temos países onde as Igrejas em termos demográficos, as Igrejas Protestantes e a Igreja Católica, como que se equilibram ou pelo menos têm tanto uma como outra uma forte presença na sociedade. Temos outros países onde, em particular a partir dos anos 60 e 70, aconteceu uma migração muçulmana que veio construir um Islão europeu. Em Portugal, nós continuamos a ter sob o ponto de vista demográfico uma representação não muito forte dessas minorias religiosas, mas o quadro político, de afirmação desse pluralismo, é diferente. Mesmo tendo nós uma maioria católica, os católicos vivem e têm a consciência de viver numa sociedade que não vive já sob a tutela da Igreja Católica. Esse quadro político novo afeta a consciência que eles têm de si próprios nesta sociedade. Neste sentido, seria enganador fixarmo-nos apenas na materialidade desses números, porque apesar de serem baixos, dão conta de um pluralismo muito grande na consciência dos portugueses, mesmo dentro da maioria católica.

AE – Que mais-valia oferece este ambiente à concretização da experiência crente de acordo com a referência do cristianismo das origens?

AT – Antes de mais é preciso considerar este facto: hoje nenhuma sociedade é compactamente uma única coisa em todas as suas dimensões. O que quer dizer que, se sob o ponto de vista religioso, nós sociedade portuguesa, tivéssemos ainda uma mentalidade avessa ao pluralismo, necessariamente essa dimensão religiosa da experiência dos indivíduos teria muito poucas pontes

com as outras dimensões da experiência social.

Viver a experiência católica, no quadro deste pluralismo, é uma condição essencial para afirmar a própria identidade católica, no quadro social em que vivemos, que é de pluralismo generalizado. A forma de alguma ideia, de alguma mensagem, de alguma prática subsistir é de poder repensar-se no quadro deste pluralismo. Por outro lado, diríamos que há uma experiência marcante no cristianismo que faz parte do seu código genético, que me parece muito bem adaptada a esta circunstância de afirmação

O anúncio aos bispos

Monsenhor Vítor Feytor Pinto foi porta-voz, junto dos bispos portugueses, da revolução de 25 de abril de 1974. Eram cerca de sete horas da manhã quando telefonou desde Lisboa para Fátima, onde os bispos portugueses estavam reunidos em plenário.

Em conversa com D. Júlio Tavares Rebimbas, então bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa, o sacerdote explicou o que estava a acontecer na cidade. A reunião da Conferência Episcopal, presidida por D. Manuel de Almeida Trindade, bispo de Aveiro, começava às 10h00 e ficou marcada por uma análise aos novos desenvolvimentos que chegavam da capital. A Conferência Episcopal tinha resolvido, no dia anterior, que dois membros do organismo iriam até ao Cartaxo, ao encontro de D. Manuel Vieira Pinto, bispo que tinha sido expulso de Moçambique, por causa suas posições muito claras em defesa da liberdade. Apesar do clima de turbulência, a viagem foi levada em diante, com monsenhor Feytor Pinto a acompanhar D. Maurílio Gouveia, na altura auxiliar de Lisboa, e D. João Saraiva, bispo de Coimbra.

das liberdades individuais nestas sociedade em que vivemos. Se nós repararmos bem, um dos grandes contraste que a experiência, a proposta cristã apresenta, num universo do século I e II em que se vai afirmar historicamente, é o de aparecer como uma religião que exige uma tomada de posição do indivíduo crente.

Ao contrário de boa parte das outras formas de identificação religiosa, que eram formas que passam essencialmente ou pela identidade do lar, da experiência doméstica, ou a religião da cidade ou do império, formas de identificação religiosa que passavam pela identificação numa coletividade, onde o indivíduo não se distingue da própria coletividade,

o que encontramos com a experiência cristã é, claramente, algo que passa por isto: o crente tem de dizer sim, creio. Esta experiência batismal de adesão, que passa pela adesão até a uma pessoa, Jesus Cristo, transporta para o cristianismo uma particular compreensão do que é a dignidade da existência individual e da afirmação da liberdade individual como lugar onde a própria experiência religiosa pode ser valorizada. Eu diria que as Igrejas Cristãs, não apenas a Igreja Católica, sob este ponto de vista, têm na sua história experiência suficientes para de uma forma criativa poderem responder a esta nova situação que vivemos.





A Liberdade vista por quem lutou por ela



Foi em 1974 que o dia 25 de abril passou a ganhar um novo sentido, caiu a ditadura, abria-se o caminho à democracia, à sonhada liberdade... Jorge Wemans era um jovem de 20 anos, estudante universitário, membro de associações católicas juvenis... Recordam-se os desejos e sonhos de quem vivia num país cinzento e fechado e é inevitável

perguntar “onde estava no dia 25 de abril?”

A esta pergunta “tão típica” Jorge Wemans embulha os dedos e responde de forma irónica: “estava a dormir”. Depois desenrola toda uma panóplia de acontecimentos que versam a relação com o irmão que, em véspera de “um ponto, como se dizia”, o acordou dizendo “há uma revolução

na rua”. Ficaram a ouvir a rádio, as notícias eram “parcas” e eram dados os primeiros comunicados do Movimento das Forças Armadas. Ficaram calmos pois recordavam que tinham vivido o “16 de março, a designada intentona das Caldas” e havia a indicação de não se exporem. O resto do dia foi entre contactos pessoais mas de forma tranquila, sem passar “um dia glorioso”.

A vitória trouxe o sabor da palavra liberdade, com outro sentido para quem lutou por ela. Jorge Wemans tinha 20 anos. Estudava no Instituto Superior Técnico, já tinha estado preso na “sequência do conhecido caso da Capela do Rato”, era um jovem que procurava “ajudar ao movimento de tomada de consciência com três eixos principais: a injustiça da guerra colonial, o fim da ditadura e a consequente luta pela liberdade e pelos direitos fundamentais”, explica de forma pronta à Agência ECCLESIA.

O então jovem lisboeta era empenhado nos movimentos associativos dos estudantes de Lisboa e, como militante católico, na “juventude escolar católica e numa rede de relações que alguns católicos tinham estabelecido entre si”.

Num caminho de tomada de consciência Jorge Wemans conta que a partir de 1972 “começou a ser um risco a aceitar pensar e refletir estas temáticas” e não se pense que “dentro da Igreja havia um clima de liberdade, as conversas e informação que circulavam era relacionado com a crítica à ditadura e guerra colonial”.

“Foi um processo lento mas que a determinada altura se tornou mais fácil abordar estas questões de repressão à liberdade de forma natural. Já eramos tantos a pensar nestas coisas que o medo inicial foi sendo ultrapassado pela ideia que se nos prendem, prendem a todos e somos muitos já... O crescimento foi depois exponencial”.

No modo de falar, Jorge Wemans esboça pequenos sorrisos e parece recordar cada rosto dos que, com ele, se uniram contra a ditadura e do sabor que tinha essa luta que o fez passar duas semanas de janeiro de 1973 detido, em isolamento, em Caxias.

“Não escondo que foi um momento difícil, não dormia tranquilamente”, desabafava, para logo a seguir explicar que passava o tempo a “rezar bastante e a preparar-se para esquecer o pouco que sabia”.

Jorge Wemans explica que, se a PIDE o torturasse para denunciar alguém, ele não se queria lembrar das pessoas que conhecia pertencentes aos grupos juvenis e que lhe davam informações contra a guerra colonial. O exercício de esquecer preenchia os dias para que, se fosse apertado, “não sabendo como iria reagir”, não denunciasses. Saiu da prisão de Caxias duas semanas depois e entrou numa fase em que se sentia “vigiado” - a casa dos pais tinha sido visitada pela PIDE e houve livros confiscados. Jorge Wemans recorda que “não podia estar com muita gente para não os incriminar” e não se sentiu livre.

“Tive imenso cuidado, houve um tempo em que estive sem participar nas reuniões e tentei-me defender... Mas pesava sobre a minha cabeça o peso de voltar a ser preso e não me sentia à vontade com algumas pessoas ao saber que podiam ser conotadas a mim”. Esta fase de defesa durou cerca de três ou quatro meses e Jorge Wemans percebeu “que a PIDE tinha mais que fazer do que andar atrás de mim” e voltou à normalidade. Uma normalidade de defesa da liberdade, encontros clandestinos e sonhos de horizontes mais largos.



MOÇÃO APROVADA NO RATO EM 31.12.72

Considerando:

1. A guerra injusta contra os povos de Angola , Moçambique e guiné.
2. Que o fim da guerra é manter os povos africanos numa situação de escravidão.
3. Que esta guerra se integra ,na lógica, no conceito de imperialismo .
4. Que o povo português é também vítima deste processo de exploração e opressão, pois é o mesmo governo que promove as guerras coloniais que explora,oprime e reprime o trabalho dos protugueses.
5. A luta dos povos das colónias é uma luta justa.

1º Repudiam vigorosamente a política do governo português de prosseguir uma guerra criminosa com a qual tenta aniquilar movimentos de libertação das colónias portuguesas nas quais ,morrem,ficam feridos e incapacitados milhares de jovens portugueses.

2º Denunciam igualmente a atitude de cuplidade da hierarquia da Igreja Católica portuguesa face a esta guerra e aos problemas que ela põe ao povo português.





A liberdade à luz dos nossos dias

Jorge Wemans, leigo católico que lutou contra ditadura, aponta que “a liberdade é para ser recordada todos os dias” como uma possibilidade de um futuro em conjunto.

“A liberdade de hoje é igualmente importante mas é mais rica do que imediatamente a seguir ao 25 abril de 1974. É preciso recordar esta possibilidade todos os dias porque a liberdade é algo que não nos é dado, é construído por todos e para que o futuro possa ser a página em branco que escrevemos, há que estar atentos, não vá alguém escrever nessa página coisas que não queremos”, disse à Agência ECCLESIA.

O jornalista olha para o conceito de liberdade nos dias de hoje e sente que a liberdade é defender e conseguir fazer, aquilo que se considera mais justo. “Entendo que a liberdade é preciso ser construída e vivida

pessoal e socialmente e hoje a quantidade de expressões, encontros, iniciativas, criatividade e criação na sociedade portuguesa é transbordante; apesar de passarmos um mau momento, o sabor da liberdade e o ato de construir em comum o que quiserem é possível”, defendeu.

Jorge Wemans compara a liberdade à democracia, como um “projeto de inclusão de todos, que estará sempre inacabada e a inclusão de todos por fazer”.

Em vésperas do dia comemorativo da liberdade em Portugal o antigo membro do movimento associativo estudantil recorda que “valeu a pena” os riscos que correu pela liberdade, a mesma que hoje dá a todos o sentimento de um “direito seu”. Já quanto à liberdade de expressão, uma conquista do 25 de abril de 1974,

Resistência católica

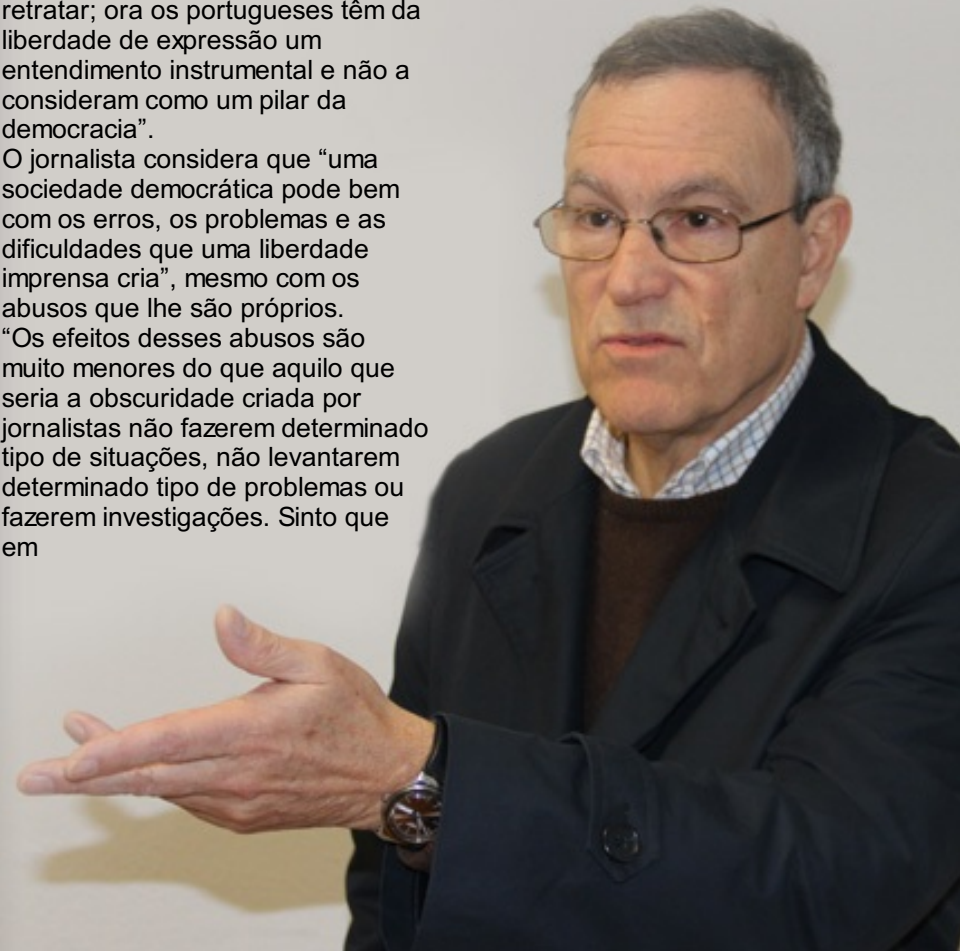
Segundo João Miguel Almeida, a revolução dos cravos veio dar corpo a “uma aspiração” de “liberdade” e a uma “esperança” de mudança que era partilhada por muitos católicos, que ao longo dos anos haviam “afrontado e resistido ao Estado Novo”. O investigador lembra a participação dos católicos nas várias “tentativas” que foram sendo feitas para “derrubar o regime”, como por exemplo “na revolta da Sé (1959) e no golpe de Beja (1962)”.

Jorge Wemans considera que está “pouco acarinhada pelos portugueses”.

“Ora porque há erros demais na imprensa e esta não se sabe retratar; ora os portugueses têm da liberdade de expressão um entendimento instrumental e não a consideram como um pilar da democracia”.

O jornalista considera que “uma sociedade democrática pode bem com os erros, os problemas e as dificuldades que uma liberdade imprensa cria”, mesmo com os abusos que lhe são próprios. “Os efeitos desses abusos são muito menores do que aquilo que seria a obscuridade criada por jornalistas não fazerem determinado tipo de situações, não levantarem determinado tipo de problemas ou fazerem investigações. Sinto que em

Portugal há poucos meios, pouca coragem e pouca qualidade no exercício desta liberdade de expressão, o público merecia mais do que aquilo que tem”, conclui.





Transição para a Democracia está por acabar



Manuel Braga da Cruz, investigador e antigo reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), considera que a transição democrática portuguesa iniciada no 25 de Abril é “uma transição inacabada”.

“A nossa Constituição não é uma Constituição feita livremente pelos constituintes, há muitos aspetos que decorrem da natureza revolucionária

da transição. Não creio que se possa dizer que esses constrangimentos sejam democráticos, pelo contrário”, sublinha, em entrevista à Agência ECCLESIA.

Para o especialista, é preciso lembrar que uma parte da Constituição ficou definida pelo acordo firmado entre militares e os principais partidos políticos.

O pacto Movimento das Forças Armadas/Partidos estabelecia que dois dos seis órgãos de soberania a criar pela futura Constituição ficariam nas mãos dos militares: o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA.

“O afastamento dos militares da vida política só aconteceu em 1986, com a eleição do primeiro civil para a Presidência da República, Mário Soares”, realça Manuel Braga da Cruz.

Para o investigador, existe a necessidade de “expurgar” a Constituição Portuguesa dos “resquícios da limitação da liberdade dos constituintes” que o pacto MFA/Partidos implicou.

O antigo reitor da UCP elogia, por outro lado, o papel “decisivo” da Igreja Católica no pós-revolução, assumindo uma posição de “moderação” e de “redireccionamento democrático” da transição.

“A Igreja teve um papel muito importante na transição democrática e depois na consolidação da democracia”, recorda.

Braga da Cruz entende que as posições dos bispos no pós-25 de Abril ajudaram a travar excessos e ameaças às liberdades que teriam colocado em risco a construção da democracia.

A convocação dos católicos para “manifestações de massa” levou

Reabilitar a política

A Revista Internacional Católica Communio dedica o seu número mais recente ao tema ‘Reabilitar a política’, partindo da “verificação de falta de confiança atual” nos agentes e instituições políticas. “A falência dos quadros de organização e participação política, nas chamadas democracias ocidentais, encontram-se entre os tópicos mais debatidos na esfera pública, sem que, no entanto, se descubram sinais de uma verdadeira reforma dos modelos de representatividade e participação políticas”, refere a apresentação da publicação.

A Revista apresenta uma leitura teológica da experiência política sugerida por Siegfried Wiedenhofer, teólogo austríaco que escreveu ‘Política e fé cristã’ “pouco antes de falecer” a 17 de agosto do ano passado.

Europa

No final do século XX, os bispos chamam a atenção para a viragem que se estava a operar, no sentido da democratização e da europeização de Portugal. “O 25 de abril veio pôr fim a uma colonização de séculos, não foi uma mudança de pequena monta, transitamos de uma preocupação de integração ultramarina para uma integração europeia”, refere Manuel Braga da Cruz.

Os membros do episcopado católico português e o pontificado de João Paulo II ajudaram a entender que a Europa não se esgotava então na então CEE, chamando a atenção para a realidade do Leste. “A Igreja teve também um papel muito importante nessa integração europeia de Portugal”, sustenta o antigo reitor da UCP.

a uma “intensa mobilização para defender as liberdades públicas”. O especialista recorda que já em 1972, no 10.º aniversário da ‘Pacem in Terris’, a Conferência Episcopal Portuguesa fazia a defesa da “participação e do pluralismo político”, numa nota pastoral. A Igreja pretendia assim uma “mudança tranquila” e uma “transição pacífica” para a Democracia.

O antigo reitor da UCP assinala também que os chamados três ‘D’ - descolonização, democratização e desenvolvimento - não eram

estranhos ao pensamento católico. “A Igreja tinha vindo a insistir muito nessas três direções e tomou iniciativas para as preservar, algumas delas muito incisivas”, precisa.

A pluralização da opinião pública e o desenvolvimento do “individualismo” levaram a uma menor “influência moral” da Igreja Católica e a uma “perda da dimensão comunitária na vida dos portugueses”.

“Basta olhar para comportamentos que têm a ver com a família, a sexualidade, o matrimónio”, realça Braga da Cruz.

O especialista observa que a grandes mudanças que ocorreram dentro da Igreja Católica não foram “tanto depois do 25 de Abril, mas antes”, dado que o Concílio Vaticano II (1962-1965) veio operar uma “mudança muito significativa da cultura política e social da Igreja”. Em Portugal, o 25 de Abril veio “permitir uma maior liberdade à própria Igreja”, com o fim de alguns condicionamentos à sua atividade e à

sua vida interna, por parte do Estado, provocando ainda uma “reestruturação da forma organizativa” do laicado católico. A consagração das “liberdades públicas”, por sua vez, veio favorecer um “maior aprofundamento da liberdade religiosa” em Portugal. A análise a este período histórico vai estar em destaque no programa ECCLESIA (RTP2, 01h25 de terça-feira).



A sociedade em rede, oportunidades e desafios pastorais



Esta semana apresento a primeira parte de um artigo onde reflito sobre oportunidades e desafios pastorais na sociedade em rede. Uma vez que o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo implica uma cuidadosa atenção às características próprias dos meios de comunicação social, atualmente a Igreja precisa de compreender a Internet. Isto é extremamente necessário para que ela possa comunicar com a sociedade actual e de um modo muito especial com os jovens. Do ponto de vista religioso são inúmeros os benefícios que os meios de comunicação oferecem, mas

as novas tecnologias requerem uma especial atenção, dado que oferecem às pessoas um acesso directo e imediato a importantes conteúdos e recursos religiosos, pastorais e espirituais. A título de exemplo: “Livrarias grandiosas, museus e lugares de culto, os documentos do ensinamento do Magistério, os escritos dos Padres e dos Doutores da Igreja, assim como a sabedoria religiosa de todos os tempos”, conforme escreve o Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais no documento Igreja e Internet. A Internet possui uma



capacidade extraordinária de ultrapassar a distância e o isolamento. Torna-se então num instrumento relevante para inúmeras atividades e programas eclesiais como “a evangelização, incluindo a re-evangelização e a nova evangelização, e a obra missionária tradicional ad gentes, a catequese e outros tipos de educação, notícias e informações, apologética, governo e administração, assim como algumas formas de conselho pastoral e de direcção espiritual”. Embora a realidade virtual não possa substituir a comunidade concreta e real, pode, contudo, completar e complementar essa mesma comunidade, transportando as pessoas para uma experiência

de fé mais integral. Oferece ainda métodos de comunicação extraordinários com grupos específicos e que podem ser “tocados por Deus”: os adolescentes, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais que se sintam obrigadas a ficarem nos seus lares e pessoas que vivam em zonas do mundo isoladas, que de outra maneira eram difíceis de alcançar. Já é enorme o número de instituições eclesiais que recorrem à Internet para as mais diversas finalidades. O Vaticano tem sido disso exemplo ao liderar e fomentar o uso das novas tecnologias, com presença nas mais diferentes plataformas virtuais.

Fernando Cassola Marques
fernandocassola@gmail.com

Editorial Cáritas

Doe gratuitamente 0,5% do seu IRS à Cáritas

Entre os dias 1 e 30 de abril, os portugueses que queiram apoiar a nossa missão podem fazê-lo através da doação gratuita de 0,5% do seu IRS. Para tal basta preencher o quadro 11 do modelo 3 (campo 1101), com o NIF da Cáritas: 500 291 756.

Em 2015 apoiámos cerca de 160.000 pessoas em todo o país. No entanto, muitos dos pedidos que nos chegam ainda carecem de resposta.

O seu contributo permitir-nos-á renovar diariamente o compromisso que assumimos há 60 anos: **ESTAR AO LADO DOS MAIS POBRES.**

[[Ler mais](#)]

DOE GRATUITAMENTE 0,5% DO SEU IRS E APOIE A NOSSA MISSÃO

Preencha o campo 1101 do quadro 11 do modelo 3, com o NIF 500 291 756



CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS/CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO	
ENTIDADES BENEFICIARIAS	
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 15/2001, de 22 de junho)	☐
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 15/2001, de 22 de junho)	☒

1101	NIF	IRS	IVA
	500 291 756	☒	☐



Conclusões do Conselho Geral da Cáritas

Reuniu-se esta semana em Vila Real, entre os dias 15 e 17 de abril, o Conselho Geral da Cáritas Portuguesa, representado por dezassete das vinte Cáritas Diocesanas que o constituem. Durante a sessão de abertura, D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga e presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana (CEPSMH) e D. Amândio Tomás, Bispo da Diocese de Vila Real, saudaram os presentes. O Presidente da CEPSMH realçou a importância deste encontro e da ordem de trabalhos que o mesmo assume, reforçando que



o planeamento estratégico e o esforço da Cáritas nesse sentido tem que ser reconhecido e, cada vez mais, contribuir para a mentalidade de que só em conjunto seremos capazes de construir uma verdadeira cultura da atenção, traduzindo essa cultura na alegria do amor.

[[Ler mais](#)]



II Concílio do Vaticano: Abertura dos umbrais da Igreja a todos



O II Concílio do Vaticano (1962-1965) deixou raízes na história da Igreja e da humanidade. Passados cinquenta anos, os textos e os comentários dos grandes mestres do concílio permanecem “vivos, atuais e abertos ao futuro”, referiu o padre António Rego ao jornalista António Marujo na obra «Quando a Igreja desceu à Terra – Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do II Concílio do Vaticano». O sacerdote jornalista que nasceu nos Açores, em 1941, revela que quando percorre a sua biblioteca e vê os livros que adquiriu ao longo das últimas décadas, nota que “há lá vivos e mortos”. “Mortos são os «datados», presos a estilos passageiros que nem se situaram no património cultural e espiritual, nem abriram qualquer fresta ao futuro”, lê-se na obra editada pela «Lucerna», na página 28. No entanto, o II Concílio do Vaticano é um “compêndio vivo da Igreja”. O antigo diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais sublinha que esta assembleia magna convocada pelo Papa João XXIII e continuada pelo seu sucessor, Papa Paulo VI, “não se submeteu ao efêmero, não se inspirou nos rumores da época, mas não esteve surdo aos apelos de todos os tempos e do seu tempo concreto que a Igreja vivia no lastro misterioso da sua história”. O II Concílio do Vaticano não se realizou “contra ninguém” e “não condenou ninguém”, mas “abriu os umbrais da Igreja a todos”. A Igreja não está no centro de si para acabar em si mesma. Ela existe para o mundo, existe para fora.

O centro é Cristo, a luz das nações. O Papa Francisco diz mesmo: “A Igreja é chamada a sair de si mesma e ir para as periferias”. Não apenas as geográficas, mas também as existenciais, como acentua o Papa argentino. Neste contexto, a Igreja tem de continuar a alimentar a chama do II Concílio do Vaticano, mesmo em tempos em que há “correntes nostálgicas de muitos acessórios que o concílio aconselhou a deixar cair”, referiu o padre António Rego na obra citada. Ao fazer referência às áreas dentro

da própria Igreja que recuaram, o sacerdote natural da Ilha de São Miguel salientou o “reacendimento do clericalismo em detrimento do sacerdócio, nostalgias furtivas da liturgia antes da reforma, certos estilos de piedade que descentram o essencial, olhares sobre o mundo e as outras confissões religiosas como puros inimigos a abater”. O II Concílio do Vaticano abriu a Igreja ao mundo e a relacionar-se com o próprio mundo, mas, passados 50 anos, alguns microgestos de pietismo revelam desprezo total pelo homem de hoje.





agenda

Abril 2016

23 de abril

. Porto – Gondomar - Dia diocesano da juventude

. Ansião - Peregrinação a pé a Fátima promovida pela Juventude Doroteia (até 24 de abril)

. Lisboa, 10h00 - Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo - Conselho das Comunidades de Vida Consagrada

. Algarve – Loulé, 10h00 - A Diocese do Algarve, através do seu sector da catequese da infância e adolescência, promove o Jubileu da Catequese

24 de abril

. Porto - Pavilhão Rosa Mota - Dia diocesano da família com o tema «Matrimónio, uma história de misericórdia» e homenagem a cerca de 1.300 casais jubilados, de 10, 25, 50 e 60 anos de matrimónio, na presença da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima, em visita à diocese do Porto

. Portugal - Coleta a favor das vítimas da guerra na Ucrânia

. Fátima - Encontro da Comunidade Verbum Dei (até 25 de abril)

. Aveiro – Anadia - Celebração do patrono mundial do escutismo, São Jorge

. Viseu – Lordosa, 09h00 - Encontro nacional da Acção Católica Rural com o tema «Serás o Rosto de Cristo?»

. Vaticano - Praça de São Pedro, 10h30 - Papa Francisco preside à Missa do Jubileu dos Jovens

. Aveiro - Águeda (salão cultural da Paróquia de Recardães), 10h30 - O encerramento da visita pastoral do bispo de Aveiro ao arcebispo de Águeda vai decorrer em Recardães com uma Missa para as 21 paróquias que compõem aquele território

. Braga - Famalicão (Matriz Nova), 17h30 - Conferência pascal sobre «Anunciadores da Misericórdia» por D. Nuno Almeida, bispo auxiliar de Braga

25 de abril

. Madeira – Santana - Dia diocesano do acólito com o tema «Acólitos misericordiosos como o Pai»

. Fátima - Basílica de Nossa Senhora do Rosário, 15h30 - A 8ª edição do encontro de coros infantis, promovido pelo Santuário de Fátima na Basílica de Nossa Senhora do Rosário

. Lisboa - Centro Comunitário Sra. Boa Nova (paróquia do Estoril), 21h30 - Conferência do postulador da causa de Madre Teresa de Calcutá, padre Brian Kolodiejchuk, que falará sobre «A Misericórdia na vida de Madre Teresa de Calcutá»

27 de abril

. Lisboa – UCP, 18h30 - Conferência sobre a «Protagonistas da misericórdia de Deus» por Teresa Messias e integrada no curso «A Misericórdia de Deus - Coração pulsante do evangelho»

28 de abril

. Vaticano - Conferência sobre medicina regenerativa, particularmente no que respeita a doenças raras que atingem as crianças, promovida pelo Conselho Pontifício da Cultura (até 30 de abril)

. Évora - Vila Viçosa - Encontro diocesano dos alunos de EMRC com a presença de D. José Alves, arcebispo de Évora

. Lisboa - UCP e Centro Cultural Franciscano - Seminário sobre «Noções de Sentido em torno de Joaquim Cerqueira Gonçalves» (termina a 29 de abril)

. Beja - Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, 10h00 - O Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja promove, na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Beja, uma ação de formação sobre o património artístico da igreja, intitulada «Critérios e Práticas de Conservação Preventiva»



por estes dias

Este sábado, 23 de abril, a Diocese do Algarve, através do seu sector da catequese da infância e adolescência, promove, em Loulé, o Jubileu da Catequese. No âmbito do presente Ano Santo da Misericórdia, proclamado pelo papa Francisco, a iniciativa, vai ter lugar no Parque Municipal de Loulé, com início pelas 10h e destina-se “às crianças e adolescentes das catequese paroquiais e também aos seus pais e encarregados de educação. Este dia vai ser presidido pelo bispo do Algarve, D. Manuel Quintas.

Neste domingo, dia 24 de abril, todas as igrejas vão ter uma coleta especial que se destina a apoiar os habitantes da Ucrânia, vítimas da guerra na região. O pedido foi feito pelo Papa Francisco e reforçado pela Conferência Episcopal Portuguesa a todas as comunidades cristãs e à “sociedade em geral”.

Já no dia 25 de abril, pelas 15h30, acontece a 8ª edição do encontro de coros infantis, promovido pelo Santuário de Fátima, na Basílica de Nossa Senhora do Rosário. Este encontro com a direção artística de Paulo Lameiro, conta com a participação de quatro coros: “Schola Cantorum Pastorinhos de Fátima; Pequenos Cantores do Conservatório Nacional; Coro Infantil do Menino Jesus da Paróquia de Gulpilhares e Coro Preparatório do Coro Infantil da Universidade de Lisboa”.

Na terça-feira, dia 26 de abril, pelas 21h30, no Centro Comunitário Sra. Boa Nova (paróquia do Estoril), Lisboa, decorre a Conferência do postulador da causa de Madre Teresa de Calcutá, padre Brian Kolodiejchuk, que falará sobre «A Misericórdia na vida de Madre Teresa de Calcutá».



Programação religiosa nos media



Antena 1, 8h00
RTP1, 10h00
Transmissão da
missa dominical



10h30 - Oitavo Dia

11h00 -
Transmissão missa



Domingo: 10h00 - O
Dia do Senhor; 11h00
- Eucaristia; 23h30 -
Ventos e Marés;
segunda a sexta-feira:
6h57 - Sementes de
reflexão; 7h55 -
Oração da
Manhã; 12h00 -
Angelus; 18h30 -
Terço; 23h57-
Meditando; sábado:
23h30 - Terra
Prometida.

RTP2, 13h30

Domingo, 24 de abril -
Revolução de abril e as
transformações religiosas.
Entrevista a Alfredo Teixeira



RTP2 - Alteração de horário. Ver na grelha da RTP2

Segunda-feira, dia 25 -
Entrevista a a Manuel Braga
da Cruz, sobre o 25 de abril.



Terça-feira, dia 26 -
Informação e entrevista André
Costa Jorge sobre os
refugiados e o 3º Encontro
Nacional de Leigos.

Quarta-feira, dia 27 - Informação e entrevista a João
Pereira, sobre o Conselho Geral da Cáritas

Quinta-feira, dia 28 - Informação e entrevista ao
padre Eduardo Novo, sobre o Fátima Jovem

Sexta-feira, dia 29 - Análise à liturgia de domingo
pelos padres António Rego e Armindo Vaz.

Antena 1

Domingo, dia 24 de abril - 06h00 - Memórias do 24
de abril, transformações religiosas na transição
democrática e perspetivas sobre a Liberdade

Segunda a sexta-feira, 25 a 29 de abril - 22h45 - A
liberdade que trouxe 1974, com Jorge
Wemans; Leigos empenhados: CVX; Movimento Fé e
Luz; Metanóia; Comunhão e Libertação.



No programa ECCLESIA (Antena 1)

Ano C – 5.º Domingo do Tempo Pascal

Amar como Jesus nos ama

«Disse Jesus aos seus discípulos: Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como Eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros».

São palavras da segunda parte do evangelho deste quinto domingo do tempo pascal, a identificar os seguidores de Cristo no amor, na capacidade de amar até ao dom total da vida.

Jesus não inventou o amor. Os homens e as mulheres não esperaram que Jesus viesse para saber o sentido da palavra «amor» e do verbo «amar». Aliás, o mandamento de «mar o seu próximo como a si mesmo» encontra-se já no Livro do Levítico.

Então, como compreender a novidade do testamento final de Jesus? Ele próprio nos dá a chave: «Como Eu vos amei, amai-vos também uns aos outros». Só olhando Jesus saberemos como Ele nos ama. A sua vida concretiza esta palavra, o que está para lá do que humanamente podemos fazer.

Amar é também perdoar setenta vezes sete, sem qualquer limite ao perdão. «Amai os vossos inimigos e rezai pelos vossos perseguidores... Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem». Jesus amou até ao fim, até à plenitude do amor cuja fonte é o seu Pai.

A maneira de Jesus nos amar ultrapassa a nossa maneira de amar. O amor que Ele nos convida a viver entre nós é mesmo novo!

Jesus não nos diz: «Eu amei-vos. Agora, desenrascai-vos, fazei esforço para Me imitar!» Ele diz-nos: «Como Eu, que vos amo e vos dou o amor infinito do Pai, deixai-vos amar, como uma criança que se deixa tomar nos braços da sua mãe e do seu pai. Vinde a Mim, Àquele que vem a Mim,

não o abandonarei. Então, poderei derramar sobre vós a força do próprio Amor que é Deus. Assim, encontrareis a força para ir além das capacidades humanas, podereis, dia após dia, aprender a amar-vos como Eu vos amo». Ao longo desta semana, vamos encontrar certamente homens, mulheres, jovens, crianças, a começar pelos que estão em nossa casa. Como cristãos, somos convidados a amá-los «como» Jesus, sem fingimentos, gratuitamente, sinceramente, dando-nos a eles com o melhor de nós mesmos.

Neste mesmo tom podemos

continuar a ler e meditar a exortação apostólica «A Alegria do Amor», que o Papa Francisco acaba de nos oferecer. Dá-nos indicações preciosas para renovar o amor na família como comunidade de vida, de amor e de fé, sempre à maneira de Jesus.

A nossa vida de batizados no amor de Deus deve ser sinal no meio da descrença e da indiferença do mundo. Todos verão que somos discípulos de Cristo, segundo o amor que tivermos uns para com os outros. Seguir Cristo é amar como Jesus nos ama.

Manuel Barbosa, scj
www.dehonianos.org



departamento nacional

pastoral juvenil

Fátima Jovem 2016 - 'Maria, Mãe de Misericórdia' no Jubileu extraordinário

Peregrinar é sair ao encontro convidando cada um a encontrar-se consigo mesmo e com os outros, e este é o grande e entusiasta desafio que o Fátima Jovem 2016 propõe com o tema 'Maria, Mãe de Misericórdia', nos dias 07 e 08 de maio.

Para o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil (DNPJ) a Peregrinação Nacional de Jovens a Fátima, o 'Fátima Jovem', é um momento de reflexão, formação e debate, encontro, oração e música, celebração...onde os jovens se sintam sinais de esperança e descubram o sentido significado e valor da vida e reafirmem o seu compromisso em todas as dimensões: na família, na paróquia, na escola, no trabalho, no grupo de amigos.

No Jubileu da Misericórdia os jovens são também convidados a passar pela Porta Santa da Basílica da Santíssima Trindade, do Santuário de Fátima.

A partir das 14h00, teremos 'Testemunhos vivos de Misericórdia', com diversos ateliês onde os jovens vão escutar o testemunho concreto e real da vivência das Obras de Misericórdia corporais e espirituais no nosso tempo; O grande encontro é na Praça Luís Kondor, às 16h30, dali

caminham juntos, com a cruz da evangelização, para saudar Maria na Capelinha das Aparições, meia hora depois.

A partir das 18h00, o 'Espaço Jovem' convida a um concerto no Parque 12 (até às 19h30). Às 21h30 inserido já no programa oficial do santuário os jovens vão rezar o Rosário, na Capelinha das Aparições, indo depois em procissão para a Basílica da Santíssima Trindade, onde passam a Porta Santa da Misericórdia seguindo-se a vigília de Adoração e o espaço de reconciliação.

No domingo, 08 de maio, os jovens voltam a encontrar-se às 10h00, na Capelinha das Aparições e uma hora depois celebra-se a Eucaristia no recinto de oração que encerra a Peregrinação Nacional de Jovens 2016 com a Bênção e o envio às suas dioceses e realidades, bem como o Envio nacional à grande peregrinação mundial JMJ Cracóvia 2016.

'Maria, Mãe de Misericórdia' é o lema nacional que congrega os jovens a peregrinar antes da grande peregrinação mundial que é Jornada Mundial de Juventude de julho em Cracóvia, Polónia.





Jubileu dos Adolescentes



O Vaticano espera a participação de 60 mil adolescentes, vindos de vários países, para a celebração do seu Jubileu, com o Papa, no âmbito do Ano Santo da Misericórdia, entre sábado e segunda-feira. O programa, dirigido à faixa etária dos 13 aos 16 anos de idade, inclui momentos de reflexão, oração e celebração. Francisco divulgou em janeiro

uma mensagem para este Jubileu da Misericórdia dos Adolescentes, intitulada 'Crescer misericordiosos como o Pai'. "Não acreditem nas palavras de ódio e terror que se repetem com frequência; pelo contrário, construam novas amizades. Ofereçam o vosso tempo, preocupem-se sempre com que lhes pede ajuda.

Sejam corajosos, contra a corrente", escreve o Papa.

"Estejam preparados para se tornarem cristãos capazes de escolhas e gestos corajosos, capazes de construir cada dia, mesmo nas pequenas coisas, um mundo de paz", acrescenta. A mensagem explica os objetivos do ano santo extraordinário (dezembro de 2015-novembro de 2016), o terceiro na história da Igreja Católica, como um período de reflexão e de descoberta. Aos adolescentes que vivem em áreas de conflitos, de guerras e de extrema pobreza, Francisco pede para que não percam a esperança. "O Senhor tem um grande sonho a realizar juntamente com vocês. Os amigos da mesma idade, que vivem em condições menos dramáticas do que as suas, lembram-se de vocês e comprometem-se para que a paz e a justiça possam pertencer a todos", assinala.

O Jubileu dos Adolescentes está estruturado em quatro momentos principais: a peregrinação à Porta Santa da Basílica de São Pedro, a Festa dos Adolescentes no Estádio Olímpico de Roma, a Missa com o Papa Francisco e as Tendas da Misericórdia.

No sábado, a Praça de São Pedro vai ser transformada num confessionário ao ar livre, com 150 sacerdotes prontos a ouvir os participantes, em várias línguas, ao longo de oito horas.

Já na manhã de domingo (09h00 em Lisboa), os adolescentes têm um encontro marcado com o Papa Francisco, que presidirá a uma celebração eucarística no Vaticano. Sete praças no Centro Histórico de Roma vão acolher as 'Tendas da Misericórdia', com testemunhos sobre as obras de misericórdia espiritual e corporal.

O Papa apresentou no Vaticano uma reflexão sobre a importância da misericórdia e convidou os católicos a "distinguir entre o pecado e o pecador", numa intervenção proferida perante milhares de pessoas, na Praça de São Pedro. "A Palavra de Deus ensina-nos a distinguir entre o pecado e o pecador: com o pecado, não devemos fazer cedências; já os pecadores – isto é, todos nós – são como doentes que precisam de ser curados e, para isso, o médico precisa de encontrar-se com eles, visitá-los, tocá-los", declarou, na audiência pública semanal.



O testemunho comovente de uma menina cristã refugiada em Erbil

“Rezo pelos jihadistas”

Maryam Waleed tinha oito anos e morava em Qaraqosh, no Iraque, quando, em Agosto de 2014, se escutaram os primeiros tiros que anunciavam a chegada dos jihadistas. Tudo desabou num instante. Hoje, ela vive num campo de refugiados. Não nos pede brinquedos, nem dinheiro, nem roupa. Apenas que rezemos por ela... Ela que, garante, reza pela conversão dos jihadistas. Os tiros, cada vez mais próximos, anteviam o pior. No meio do caos, milhares de pessoas fugiram. Alguns, nem os documentos conseguiram salvar. Quando se escutaram os primeiros gritos dos jihadistas, ainda seria possível reparar ao longe na nuvem de pó da população em fuga de Qaraqosh. Muitos eram cristãos. Hoje, Maryam vive num acampamento em Erbil. As casas foram substituídas por contentores brancos. As ruas sinuosas de Qaraqosh desapareceram. Tudo desapareceu. Estes cristãos, que vivem em campos de refugiados, foram visitados, há dias, por uma

delegação da Fundação AIS. Quando soube desta viagem, [o Papa fez questão de lhes entregar um donativo pessoal](#), destacando o trabalho da AIS junto destas famílias. Maryam tem hoje dez anos. É uma criança. Ali, em Erbil, procura-se que a vida ganhe um novo sentido. A escola também foi improvisada com contentores. É aí que Maryam passa agora a maior parte do seu tempo. Quando lhe perguntamos do que tem mais saudades, responde logo: “da minha casa”. O testemunho desta menina é comovente. Na verdade, ela conseguiu que o seu coração não se deixasse trair pela avalanche de sentimentos de revolta, até de ódio, que devem ter surgido naqueles dias de Agosto. O que diz é incrivelmente simples e prático. “Temos tudo o que precisamos. Está tudo bem. Temos água, o que é conveniente. No Inverno é tudo feio, porque as estradas ficam muito lamacentas.”

A fuga

A fuga, em Agosto de 2014, está presente na memória de todos. Maryam nunca mais se esqueceu daqueles minutos em que, num sobressalto, toda a sua vida mudou. “Um vizinho veio ter connosco e disse-nos que tínhamos que partir. Ouvimos bombas a cair. Deixámos Qaraqosh às 11h da manhã.” Maryam viu a guerra com os próprios olhos. Foi obrigada a deixar para trás tudo o que tinha: brinquedos, livros, as roupas favoritas. Tudo. Viu os pais a olharem em volta, à procura do que poderiam salvar, como se fosse possível colocar dentro de uma mala uma vida inteira... Hoje, esta menina não tem palavras de ódio. “Rezo por todos, pelos doentes, por aqueles que não pediram a minha oração, e rezo pelos jihadistas, para que o amor mude os seus corações

um dia.” Maryam gostaria de voltar para casa, para a sua casa. Até lá, não nos pede nada do que seria normal numa menina de apenas 10 anos. Nem brinquedos, nem roupa, nem dinheiro. Apenas orações. Pede que rezemos por ela. “[Por favor, rezem por mim.](#)” Como poderemos nós ignorar estas palavras?

Paulo Aido | www.fundacao-ais.pt





Eutanásia ou cuidados paliativos?



Tony Neves
Espiritano

Todos sabemos. Há pessoas que não querem continuar a viver como vivem: com sofrimento insuportável, sem sentido, sem carinho, com solidão. E, nesta situação de desespero extremo, até podem afirmar que querem morrer. Muitas pessoas acham que faz sentido ajuda-las a morrer, praticando a eutanásia. E, por isso, a Assembleia da República Portuguesa vai discutir uma proposta de lei para legalizar esta prática de 'morte assistida'.

Nestas questões 'fracturantes', estão em causa valores profundos. E, por isso, mesmo, o debate é essencial. Há que fundamentar bem as posições tomadas e a tomar. Ninguém deve assumir posições arrogantes e fechadas, todos têm a obrigação de ser parte da solução e não do problema.

Os Bispos portugueses tomaram uma posição oficial, apoiando-se em peritos nas áreas do direito, da ética e da medicina. A tradição da Igreja, na sua doutrina social e moral, afirma sempre a vida como direito inalienável e valor intocável. Também a Constituição da República e o Código Deontológico dos Médicos assumem esta defesa da vida sem excepções. A Eutanásia contraria este princípio de fundo.

O Documento dos Bispos tem por título: 'Eutanásia: o que está em jogo? Contributos para um diálogo sereno e humanizador'. Sim, tem de ser assim. Há que dialogar, reflectir, apresentar argumentos e, sobretudo, apontar soluções.

'Matar e aceitar a morte' nunca devia estar no



horizonte da vida de ninguém. 'A vida humana – dizem ainda os Bispos – é o pressuposto de todos os direitos e de todos os bens terrenos'. Além do mais, 'a decisão de suprimir a vida é a mais absolutamente irreversível de qualquer das decisões'.

As pessoas pedem para morrer quando acham a sua vida não tem sentido ou perdeu dignidade. E que resposta devem dar os familiares e o Estado a este pedido: 'Sim, a tua vida não tem sentido, a tua vida perdeu dignidade, és um peso para os outros'? Não, a resposta deve ser outra: 'Não, a tua vida não perdeu sentido, não perdeu dignidade, tem valor até ao fim, tu não és peso para os outros, continuas a ter valor incomensurável para todos nós! Será que o pedido não é mais que um grito de desespero de quem se sente abandonado e quer chamar a atenção dos outros? Para os cristãos, não se elimina o sofrimento com a morte: com a

morte, elimina-se a vida da pessoa que sofre. E a Igreja aponta caminhos: 'o sofrimento pode ser eliminado ou debelado com os cuidados paliativos, não com a morte'.

Com perguntas e respostas preparadas por especialistas, explica-se que 'a eutanásia não acaba com o sofrimento, acaba com a vida'. Diz-se ainda que 'não se alcança a liberdade da pessoa com a supressão da vida dessa pessoa. A eutanásia e o suicídio não representam um exercício de liberdade, mas a supressão da própria raiz da liberdade'.

Os cuidados paliativos, tão pouco implementados, são a melhor solução para o sofrimento intolerável e o abandono a que certas pessoas se sentem votadas. Dizem os especialistas que 'estes cuidados devem ser prestados de forma continuada até ao momento da morte; e, mesmo após a morte, com a prestação de apoio à família enlutada'.

Em síntese, Eutanásia – Não!
Cuidados paliativos – Sim!

Avancemos, famílias; continuemos a caminhar!
Aquilo que se nos promete é sempre mais. Não
percamos a esperança por causa dos nossos
limites, mas também não renunciemos a procu-
rar a plenitude de amor e comunhão que nos
foi prometida.

Amoris Laetitia

